

**“MANDA QUEM PODE”:
UMA ANÁLISE DA DISCUSSÃO SOBRE AUTORIDADE RELIGIOSA A PARTIR
DE MATEUS 21.33-46**

João Boechat¹
Paula Welte²

Resumo: Este artigo busca discutir a questão da autoridade religiosa a partir de uma passagem do Evangelho de Mateus, a saber, capítulo 21, dos versos 33 ao 46, tradicionalmente conhecida como a parábola dos vinhateiros homicidas ou a parábola dos lavradores maus. Para isto, busca-se analisar o ambiente e o contexto do texto, bem como os atores diretamente e indiretamente envolvidos em tal contexto. Ademais, analisar-se-á os textos-fonte que influenciam a narrativa, bem como entender contextualmente estes textos e a sua influência na compreensão da parábola. Por fim, interpretar-se-á a relação desta parábola para com o Evangelho de Mateus e como esta discussão permanece, ainda hoje, relevante para não só entendermos, mas colocarmos em prática o ensino de Cristo.

Palavras-Chave: Evangelho de Mateus; Autoridade Religiosa; Exegese

Abstract: This article intends to discuss the matter of religious authority considering a passage in the Gospel of Matthew, i.e., chapter 21, from verse 33 to 46, traditionally known as the parable of the wicked husbandmen. In order to achieve our goal, we will analyze the environment and the context of the text, as well as the characters directly or indirectly involved in said parable. Moreover, we analyze the sources which influenced the narrative, and also we seek to understand these texts contextually and understand the influence of this text for the better understanding of the parable. At last, we will interpret the co-relation between this parable and the Gospel of Matthew as a whole, and how this discussion is still relevant not only for the understanding, but also for the practice of Jesus' teachings.

Keywords: Gospel of Matthew, Religious Authority, Exegesis

Introdução

Todo texto religioso é, primordialmente, um texto de fé. Isto significa que a função primordial do texto não está no relato de um fato, mas sim na provisão de significado para o ocorrido. Tal afirmativa não recai apenas sobre o Cristianismo, mas sobre toda religião e pode ser ampliada para a assertiva que todo fato religioso não existe apenas pela sua ocorrência, mas pelo seu sentido. Por exemplo, cinco pessoas reunidas em uma praça não é necessariamente um fato religioso, mas quando as pessoas estão reunidas buscando uma experiência com o

¹ João Ricardo Boechat Sales é Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), com período de dois anos de estudos na Humboldt Univeristät zu Berlin com ênfase em Teologia. Mestre em Sociologia Política pela UENF, especialista em Ciência da Religião pela PROMINAS, graduado em Teologia e em Relações Internacionais. Professor do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil e pastor da igreja Lukas-Gemeinde em Berlin, Alemanha.

² Paula Welte Boechat Sales é Mestranda em Teologia pela PUC, RJ, graduada em Teologia pelo Instituto Bennett e graduada em Língua Inglesa pela Estácio de Sá. Além disso, é especialista em Ensino da Língua Inglesa como Segunda Língua. Atualmente, coordena o Centro de Línguas Krieger, ligado ao Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil.

transcendente, tem-se um fato religioso. Assim, a busca pelo transcende que dá sentido à ação, tornando-a um fato religioso.

O mesmo vale para os textos religiosos. O valor do relato está posto sobre sua relevância para fé. Tomemos os Evangelhos como exemplo. Cada relato ali colocado pelos Evangelistas expressa alguma importância para fé, algo para ajudar o leitor a crer e entender por que crer. O relato não é jornalístico ou estritamente histórico, pois a importância do texto está no seu significado e não na sua ocorrência. Por certo, isto não significa que o fato é desimportante, mas significa que o significado é mais importante que o fato. Ou ainda, que o fato só é relatado porque tem sentido para a fé.

Os Evangelhos são textos religiosos, ou seja, são relatos de fé. Objetivam fundamentar a crença em Jesus Cristo como Filho de Deus e, a partir desta crença, fundamentar a relação com Deus. Cada porção do Evangelho existe com o objetivo de fazer crer e fundamentar a razão pela qual se crê.

Além disso, cada Evangelho foi escrito visando atender necessidades de uma realidade histórico-temporal e religiosa, como também a uma comunidade de fé³. Para isso, cada autor evangélico olha para Jesus com uma “lente”, buscando dar significado a suas ações, palavras e milagres de forma a fazê-lo crível e compreensível ao público que o ouve a fim de que entendam por que creem.

Dentro de cada Evangelho, distintos temas são discutidos e diferentes debates surgem. Sem dúvida, o Evangelho de Mateus também discute uma extensa gama de assuntos relevantes para sua comunidade primária e para fé cristã atual. Dentre estes vários temas, destaca-se, aqui, um tópico trabalhado com abundância no Evangelho de Mateus: a autoridade de Jesus. Em diferentes momentos no Evangelho de Mateus, Jesus é questionado sobre sua autoridade para ensinar, fazer milagres, “quebrar” a tradição e criticar a liderança religiosa (ver Mt. 12.8, 24; 15.2; 21.23).

Este tema está presente também na parábola contida no capítulo 21 a partir do verso 33, tradicionalmente nomeada *parábola dos vinhateiros maus*, ou ainda, *parábola dos lavradores maus*. Nesta, também se discute outro tema não tão recorrente em Mateus, mas central no Novo Testamento, a saber, a salvação para outros povos. Apesar de ser brevemente falado por Jesus no Evangelho de Mateus no capítulo 8 dos versículos 10 ao 13, este assunto aparece novamente após a entrada de Jesus em Jerusalém, mais especificamente a partir desta parábola no capítulo 21.

³ CARSON, 2005

Portanto, este artigo visa analisar a parábola em Mateus 21.33-46 a fim de compreender o significado desta para a comunidade de Mateus e para nós hoje. Para isso, este artigo trata inicialmente sobre a relevância da discussão sobre a autoridade religiosa no Evangelho de Mateus, bem como a questão da salvação neste. Posteriormente, a análise recai sobre a parábola a fim de compreender seu contexto e ambiente, bem como os textos-fonte e contextuais que auxiliam em sua compreensão. Por fim, apontaremos como esta parábola pode prover ensinamentos para nossa compreensão da autoridade religiosa em nossa realidade.

A “lente” de Mateus

Se cada Evangelho possui uma “lente” para interpretar a vida e ministério de Jesus, o Evangelho de Mateus possui uma “lente” bastante particular na sua interpretação do ministério de Jesus. Este Evangelho se caracteriza por sua arquitetura literária bastante organizada e desenvolvida ⁴, o que leva Graham Stanton (1983) a afirmar que “entre os evangelistas, o supremo artista literário é indubitavelmente Mateus”. Ademais, Mateus se organiza pela forma que organiza o Evangelho. Como aponta Carson (2005), a forma mais frequente de organizar a estrutura do Evangelho de Mateus está sobre a observação de que tal autor apresenta cinco grandes discursos, onde cada qual se inicia em um contexto específico e termina com uma fórmula particular: “e aconteceu que” (Mt. 7.28,29; 11.1; 13.53; 19.1; 26.1). Ainda neste entendimento, Bacon (1930) afirma que estas cinco seções podem, na verdade, serem compreendidas como cinco livros: Livro 1 lida com o discipulado (narrativas nos capítulos 3 e 4; discurso nos 5 a 7). Livro 2 foca no apostolado (narrativa 8 e 9, discurso no 10). Livro 3 sobre o segredo da revelação (narrativa 11 e 12; discurso 13). Livro 4 sobre a administração da igreja (narrativas 14 a 17; discurso 18) e o Livro 5 enfatiza o julgamento (narrativas do 19 ao 22; discurso 23 ao 25). Dentro desta compreensão, Mateus 1 e 2 seriam o preâmbulo e os capítulos 26 a 28 corresponderiam ao epílogo.

Como toda análise, esta apresenta limitações. Mas, demonstram algo relevante no Evangelho de Mateus: os ensinamentos de Jesus são prioridades. Quando Jesus “senta para ensinar”, o foco recai completamente sobre o que ele está dizendo, ninguém o interrompe, e nenhum milagre é feito. Os olhos precisam estar voltados para o ensino. Seguramente, este “respeito” ao que está sendo ensinado é bem particular do Evangelho de Mateus em relação aos outros sinóticos, onde Jesus é interrompido por endemoninhados e pessoas em busca de milagres (Ver Marcos 2.1-12, Lucas 4.31-37).

⁴ LOURENÇO, 2017

A partir disso, os ensinios de Jesus são organizados em blocos com temas semelhantes para embasar a crença. Assim, pode-se perceber alguns importantes blocos de ensino: Capítulo 5 ao 7: como age quem está no Reino de Deus; Capítulo 10: admoestações aos discípulos; Capítulo 13: o que é o Reino de Deus; Capítulo 18: como vive a Igreja de Cristo; Capítulo 23 ao 25: o que será o Reino de Deus.

De fato, em Mateus, os milagres e ações têm relação com os ensinios, como se fossem confirmações e testemunhos do que foi dito. Por exemplo, a relação difícil entre Jesus e sua família no final do capítulo 12 vai ao encontro do que foi dito para os discípulos no capítulo 10 sobre a rejeição familiar que poderiam sofrer. Portanto, a “lente” de Mateus foca em um Jesus que é Rabino, Mestre. Não um mestre qualquer, mas com autoridade única (ver Mt. 7.29). O *rabinismo* de Jesus pode ser visto nos seus hábitos ministeriais⁵: Escolher discípulos (Mt. 4.19), sentar-se para ensinar (Mt 5.1; 14.19; 15.35), metodologia de ensino a partir de perguntas (Mt. 12.10; 22.41), ensinar seus discípulos a orar (Mt. 6.9), utilizar parábolas (Mt. 13). Pode ser observado também nas expressões rabínicas comuns utilizadas por Jesus: Meu jugo... meu fardo (Mt. 11.30); Ouvistes assim, mas eu vos digo (Mt. 5.21).

Assim como os demais Evangelhos, Mateus reinterpreta a expectativa messiânica para além da libertação da terra, seja pela reunião de um grupo paramilitar ou pela convocação de anjos para intervir na realidade ⁶. Em Mateus, o messianismo passa pelo rabinismo. A salvação está em crer nas palavras e viver a vida conforme os ensinios de Jesus, ou seja, o Reino de Deus é mais uma forma de viver do que um lugar. Portanto, para se viver este reino é preciso pensar e agir conforme o ensinado pelo Mestre. A reinterpretação de Jesus sobre a Torá, as tradições e a relação direta com Deus são a chave para a vida abundante.

Todavia, esta reinterpretação vai de encontro ao promovido e ensina pela liderança religiosa local. Eis assim o questionamento recebido por Jesus por meio das autoridades religiosas: “Com que autoridade fazer isto?”. Esta questão, que pode ser reinterpretada com a expressão *Quem você pensa que é?*, objetiva colocar em xeque este novo ensino dado por Jesus, uma vez que o sistema de ensino judaico recaía sobre a hierarquia mestre-discípulo e o reconhecimento de alguma autoridade para com o “novo” mestre.

Isto significa que, de acordo com a tradição judaica, o ensino não podia ser dado por qualquer indivíduo, mas somente por aqueles que fossem apontados por autoridades já existentes. O caminho formal para o recebimento de tal autoridade estava sobre o discipulado, onde o discípulo aprendia com algum mestre por cerca de 15 a 18 anos, até ser enviado por este

⁵ Para mais informações sobre os hábitos dos rabinos, mais especificamente seus métodos e práticas didáticas, ver Hezser, Catherine. *The social structure of the rabbinic movement in Roman Palestine*, Tübingen: Mohn Siebeck, 1997.

⁶ HEZSER, 1996

mestre para iniciar um ministério próprio, recebendo, assim, a autoridade deste mestre. Portanto, quando questionado sobre sua autoridade, ou seja, sobre sua certificação, este novo mestre informava o nome de seu mestre anterior que o tinha habilitado ao ensino ⁷: O ensino era dado em nome de outro mestre, ou na autoridade do mestre. Esta tradição é mantida no Cristianismo quando os discípulos ensinam em nome de seu Mestre, isto é, em nome de Jesus.

Nos Evangelho, há duas formas principais pelas quais Jesus responde os questionamentos quanto a sua autoridade. A primeira, com mais destaque nos Evangelho sinóticos, o questionamento é respondido com um outro questionamento: “o batismo de João, de onde era?” (Mt. 21.24). A resposta de Jesus vai ao encontro do entendimento tradicional de autoridade judaica, pois João Batista era uma figura reconhecida e respeitada pelo povo de Israel, por estrangeiros e até mesmo soldados e autoridades romanas, como Herodes (Lc. 3. 7-14; Mc 6.20). Este mesmo Jesus havia reconhecido Jesus como sendo alguém com autoridade maior mesmo que a dele (Mt. 3.14), portanto se os chefes da lei, ou seja, as autoridades religiosas reconheciam João, também deveriam reconhecer Jesus.

Além disso, o Evangelho de João também demonstra uma outra forma pela qual Jesus justificava sua autoridade, a saber, a relação particular e única que tinha com o pai (Jo 8. 14-18). Esta mesma fonte de autoridade pode ser encontrada no Evangelho de Mateus, no capítulo 3.17, onde a voz do céu confirma que Jesus é o filho e, portanto, deve ser ouvido. Esta mesma fonte de autoridade aparece no capítulo 17, verso 5, quando, durante a transfiguração, a voz do céu reafirma quem Jesus é e que deve ser ouvido.

De fato, a questão da autoridade religiosa, ou seja, representar Deus entre os homens é um tema que vai além do Evangelhos. Em verdade, é um tema presente em toda Escritura Sagrada. Patriarcas (Ex 3.11), profetas (Jr. 1.7) e apóstolos (Gl 1.12) afirmam, lutam e defendem suas posições enquanto representantes de Deus na terra.

É preciso reconhecer estas “vozes” enviadas por Deus aos homens a fim de aprender Seus caminhos, conhecê-lo e ser salvo. Portanto, diferentes formas de afirmar esta autoridade e diferentes formas de mantê-la serão desenvolvidas, aplicadas e defendidas ao longo da história. Em verdade, se por um lado é necessário saber a quem ouvir, quem seguir, quem obedecer a fim de conhecer a Deus, é preciso saber a quem não ouvir para que não haja compreensão errônea da Revelação de Deus, ocasionando em um afastamento do caminho que leva a Deus.

Assim, esta questão tão significativa ao longo da Bíblia também é encontrada na parábola de Mateus 21 do verso 33 ao 46, a parábola dos vinhateiros assassinos.

⁷ HEZSER, 1996

A parábola de Mateus 21.33-46

As parábolas são instrumentos de ensino usados em diversos povos em diversas épocas durante a história. Nestas, o foco não está no relato do acontecimento, mas no significado do relatado. O mesmo ocorre atualmente com as fábulas. Tomemos como exemplo a Chapeuzinho Vermelho. Pouco importa se esta criança realmente existiu, ou se realmente lutou com um lobo. O que vale é o aprendizado de que não devemos falar com estranhos, ou andar sozinhos por aí. Enfim, o foco está no ensino, não no fato. Este mesmo foco está sobre as parábolas.

O pano de fundo da Parábola

A parábola de Mateus 21.33-46 não é particular do Evangelho de Mateus. A mesma aparece também em Marcos, 12.1-12, em um contexto e conclusão semelhantes. Em ambos os Evangelhos, a parábola se dá em um momento de transição do ministério de Jesus, a saber, entre seu ministério na Galileia e sua morte e ressurreição em Jerusalém. Este momento é marcado pela entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, onde é aclamado pela multidão, com cantos e atitudes de reconhecimento da realeza e messianidade de Jesus.

Por si só, esta entrada já seria causadora de conflito com as autoridades religiosas que não reconheciam Jesus da mesma forma. Ainda assim, Jesus entra no templo, onde expulsa os comerciantes, e realiza curas. Estas ações ocasionam mais aclamação por parte do povo, o que causa indignação das autoridades religiosas (Mt 21.15).

Após este evento, Jesus parte para Betânia, uma aldeia situada a cerca de 3 quilômetros de Jerusalém, onde pernoita (v. 17).

Todos estes eventos desde sua entrada em Jerusalém até as curas e discussões no templo servem de pano de fundo para a compreensão do ambiente que cercava a parábola do verso 33. Aqui, há um claro choque de autoridade, ou seja, as autoridades religiosas de Jerusalém estão diante de um indivíduo que ameaça abalar as estruturas religiosas e modificar a compreensão do povo sobre o lugar de tais autoridades na intermediação da relação com Deus.

Os versos 18 ao 22 relatam o que ocorre na manhã do dia do ensino da parábola dos vinhateiros assassinos, algo com relação direta com todo o ambiente de discussão de autoridade religiosa e salvação essenciais ao texto a partir do verso 33. Neste relato, Jesus vê uma figueira à beira do caminho e quando busca frutos, não acha. Assim, Jesus ordena que nunca mais nasça nada dela, o que faz com que ela rapidamente seque. Esta ação impressiona os discípulos, o que

faz com que Jesus afirme que estes possuírem fé, poderão fazer coisas maiores. Após isto, Jesus vai para o templo.

De fato, há diversos símbolos e imagens que representam ideias, conceitos, títulos, famílias e povos. Por exemplo, o coração que simboliza o amor nos nossos dias, ou a água que simboliza transformação no batismo, ou a figueira que simboliza a liderança religiosa em Israel.

A Bíblia relata que a figueira é a terceira árvore que aparece nominalmente na Bíblia, após a árvore da vida e a árvore do conhecimento do bem e do mal. De acordo com Gênesis 3.7, quando Adão e Eva perceberam que estavam nus, ambos usaram folhas de figueira para esconder a nudez. Os rabinos entendiam, assim, que a figueira representava a lei, isto é, o ensino que faria com que esconde as vergonhas e permite conhecer, novamente, a Deus ⁸. Portanto, a figueira era a árvore que representava os mestres do ensino e as autoridades religiosas.

Desta forma, a figueira que seca antes da volta de Jesus ao templo é uma imagem aos discípulos de que os “intermediadores da relação com Deus” iriam perder sua autoridade. A mensagem de Jesus aos discípulos afirma que não há autoridade que pode se opor a eles quando possuem fé.

Ao entrar no templo no verso 23, Jesus é confrontado justamente com a pergunta sobre sua autoridade, o que leva a uma discussão sobre o batismo de João e o ensino de três parábolas que relatam a ação de Deus em modificar o acesso a Ele. Até aqui, a Revelação de Deus era interpretada por chefes do templo (saduceus) e mestres da lei (fariseus). O objetivo desta interpretação era preparar o povo para a chegada do Cristo. Contudo, esta incapacidade ou não vontade de reconhecer o enviado de Deus ocasiona uma rejeição do povo e de sua liderança, expandindo sua Revelação e salvação a outros, não mais pelo ensino e intermediação das autoridades religiosas, mas pela crença no Cristo por eles rejeitado.

O fim destas parábolas leva à crescente inimizade e conflito entre Jesus e estas autoridades, o que ocasiona em seu assassinato.

Isto demonstra como a parábola dos vinhateiros assassinos marca um momento de transição crucial no ministério de Jesus, questionando e combatendo um pensamento religioso estruturado, que levaria à sua perseguição e morte.

Descrição da Parábola

⁸ ARMSTRONG, 2009

O início da perícopes repete a fórmula usada por Mateus para iniciar os ensinamentos de Jesus: “E de muitas coisas lhes falou por parábolas” (Mt. 13.3), “O que vos parece?” (Mt. 21.28). E, aqui, “atentai noutra parábola” (Mt. 21.33).

A partir do verso 33, Jesus conta uma história onde um homem planta uma vinha e a arrenda a uns trabalhadores que, tomam controle de tal vinha e, quando o dono envia servos para pegar sua parte dos frutos, tais trabalhadores humilham e matam os servos. O dono, então, envia o filho na esperança de que este seria ouvido e respeitado pelos trabalhadores, mas os mesmos matam o filho sob a compreensão de que isto faria com que se apoderassem do campo de forma definitiva (v. 39).

Neste momento, no verso 40, Jesus toma uma atitude comum entre os rabinos, mas incomum durante os seus ensinamentos por parábolas relatados por Mateus. O Mestre questiona o que ocorrerá com estes trabalhadores quando o dono da vinha vier, e a multidão dá a resposta para o fim da parábola. De acordo com a resposta da multidão (v. 41), o senhor da vinha irá tirar a vinha destes trabalhadores e entregar a outros.

O verso 42 aponta uma outra particularidade desta parábola: Jesus cita diretamente um texto do Antigo Testamento, mais especificamente o Salmo 118, versos 22 e 23, ao afirmar que a pedra que os construtores rejeitaram viria ser a pedra base, concluindo que esta rejeição levaria à entrega do reino nas mãos de outros trabalhadores.

O verso 43 aponta também uma novidade nos ensinamentos de Jesus por parábolas, Jesus afirma abertamente que o que aconteceu com os trabalhadores ocorrerá com o povo de Israel, pois o reino de Deus será dado a um povo que produzirá frutos.

Até este momento, as parábolas eram explicadas apenas aos discípulos em particular, mas aqui, Jesus fala abertamente sobre o que significa o ensino a todos os que ouvem.

Por fim, o verso 44 aponta outra particularidade dos ensinamentos de Jesus por parábolas relatados por Mateus: diferentemente das demais parábolas, esta é compreendida pelos sacerdotes e fariseus, fazendo com que estes buscassem prender Jesus, não o fazendo apenas por medo da multidão.

Desta forma, esta parábola apresenta uma série de especificidades e uma mensagem central nos sinóticos, mas que ganha corpo a partir deste momento em Mateus: a mensagem de salvação, ou do Reino, a outros povos, como consequência da rejeição do povo de Israel.

Os textos-fonte da Parábola

Das várias particulares desta parábola, destaca-se o uso de figuras presentes no Antigo Testamento já conhecidas pelo povo e pelas autoridades religiosas para representar o povo de

Israel. De fato, quando Jesus fala sobre o Reino de Deus, utilizava imagens do dia-a-dia do povo, como rede, pérola, trigo, semente e grão de mostarda. Contudo, nesta parábola, Jesus toma para o ensino uma imagem já utilizada por Isaías para descrever o povo de Israel: uma vinha (Is. 5. 1-7).

O relato de Isaías, no entanto, tem um foco distinto. Na parábola de Isaías, um homem possui uma vinha a qual ele cuida e planta sementes esperando que esta vinha produzisse uvas boas. Todavia, a vinha produz uvas bravas. Diante desta decepção e do questionamento sobre o que fazer com a vinha, o homem afirma que a derrubará e transformará tudo em pasto e deserto. Por fim, o profeta afirma que a vinha do Senhor é a casa de Israel, a quem Deus desejou que produzisse justiça, mas recebeu desobediência.

Enquanto Isaías responsabiliza o povo (a vinha) como um todo, a parábola de Jesus em Mateus foca nos trabalhadores da vinha. Nesta nova ênfase, o problema não é a ausência de frutos, mas a irresponsabilidade dos trabalhadores em não entregar os frutos esperados ao dono da vinha. Aqui, Deus, o dono da vinha, colocou trabalhadores (líderes religiosos) responsáveis por produzir frutos (entendimento do povo), a fim de que quando o tempo chegasse, recebessem a recompensa pela sua produção (salvação). De fato, este novo olhar sobre a vinha vai ao encontro do contexto do Evangelho de Mateus, principalmente a partir da entrada de Jesus em Jerusalém. O constante debate entre Jesus e a liderança religiosa de Jerusalém sobre quem fala “em nome de Deus” resulta em uma pesada cobrança de Jesus, onde a vida no Reino de Deus será dada a outros por causa da incredulidade do povo, resultante da irresponsabilidade dos responsáveis por guiá-los.

A responsabilidade dos novos vinhateiros

O debate sobre autoridade vai além da questão da simples detenção de poder. De fato, a reflexão precisa estar sobre a responsabilidade daqueles que possuem tal autoridade. Toda religião possui uma hierarquização dos homens com relação ao relacionamento com o divino. Isto porque em toda religião há aqueles que intermediam a relação de Deus com os homens, seja por uma unção especial, seja pela capacidade de interpretar uma escritura sagrada. No hinduísmo, o nascimento em uma casta específica dá ao indivíduo acesso mais fácil ao divino. Já no Cristianismo protestante, todos têm a mesma capacidade de acesso a Deus, mas há aqueles vocacionados para ensinar outros como fazê-lo. Enfim, autoridade religiosa é inerente à existência religiosa.

As Escrituras Sagradas cristãs demonstram que Deus escolheu um povo a quem preparou para ser luz para as nações, revelando sua graça e salvação (Is. 60.3). Assim, a vinda

de Cristo seria o resultado de uma revelação constante e progressiva que se iniciaria em Israel e caminharia para todos os povos. Contudo, a parábola analisada nos mostra que aqueles que Deus escolheu para guiar o povo e ensiná-los sobre Deus e sua Revelação, não o fizeram, o que causou uma rejeição do povo e uma necessária transformação na propagação da Revelação. O povo originalmente escolhido é substituído por um novo povo, mas não mais um povo étnico, ou seja, não mais um povo formado pela mesma ascendência, mas pela mesma crença, um povo de fé.

Diante disso, o povo de fé está vivo ainda hoje. Neste novo povo também estão presentes aqueles que guiam o povo e organizam a crença e intermediam a relação com o divino. Mudou a vinha, e os vinhateiros, mas não o dono e seu filho. A função da vinha continua a mesma, a saber, gerar frutos. Continua a mesma a função dos vinhateiros: fazer a vinha gerar frutos.

Assim, quando a autoridade religiosa faz com que seu povo conheça a Deus e ame ao próximo, sabe-se que esta cumpre seu papel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMSTRONG, Karen. *The Case for God*. Alfred A. Knopf: New York, 2009.

BACON, B. *Studies in Matthew*. Henry Holt and cia: New York, 1930

BEALE, G.K; D.A. Carson. *Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2014

CARSON, D.A.; Douglas J. Moo. *An Introduction to the New Testament*. Zondervan: Grand Rapids, 2005

COLLINS, A.Y. *Cosmology and Eschatology in Jewish and Christian Apocalypticism*. E.J. Brill: New York, 1996

HEZSER, C. *Jewish daily life in Roman Palestine*. Oxford University Press: New York, 2010.

LOURENÇO, F. *Bíblia Novo Testamento: os quatro evangelhos*. Cia das Letras: São Paulo, 2017

STANTON, G. *The Interpretation of Matthew*. Issues in Religion and Theology 3. Fortress Press: London, 1983